

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1468656 - SP (2019/0073959-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA

AGRAVANTE : MAGAZINE LUIZA S/A

**ADVOGADOS : CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA E
OUTRO(S) - SP161995
SAULO VINÍCIUS DE ALCÂNTARA - SP215228
PEDRO JUNQUEIRA PIMENTA BARBOSA SANDRIN
- SP328275
JOSE APARECIDO DOS SANTOS - SP274642
RICARDO LIMA MELO DANTAS - SP319902A
RUBENS LUÍS PONTON CUAGLIO - SP374933
CRISTIANO GIORGIO FERREIRA DA SILVA E
OUTRO(S) - DF060120**

AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCURADOR : EDUARDO MAXIMILIANO V NOGUEIRA E OUTRO(S)
- SP093012**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. De acordo com a jurisprudência firme desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal, o agravo então previsto no art. 544 do CPC/73 e atualmente no art. 1.042 do CPC/2015 é o único recurso cabível contra a decisão que não admite recurso especial na origem, de modo que a oposição de embargos de declaração, por caracterizar erro grosseiro, não interrompe o prazo para a interposição do recurso cabível.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator